

**20 anos** Associação Cultural de Cascais

# Dos Patrimónios de Cascais

*Homenagem a João Cabral*

Actas das comemorações dos 20 anos  
da Associação Cultural de Cascais



CASCAIS  
2019

20 Anos  
da Associação Cultural de Cascais

# DOS PATRIMÓNIOS DE CASCAIS

*Homenagem a João Cabral*

Actas das comemorações dos 20 anos  
da Associação Cultural de Cascais

CASCAIS

2019

# FICHA TÉCNICA

**Título:** Dos Patrimónios de Cascais

**Coordenação:** José d'Encarnação

**Editor:** Associação Cultural de Cascais

**Autores:** Bela Garcia | Eurico de Sepúlveda | Guilherme Cardoso | João Luís Cardoso | João Monjardino | Joaquim Boiça | José d'Encarnação | Lara Pinto | Lurdes Trindade Nieuwendam | Margarida Ramalho | Maria Amélia Cabrita | Nathalie Antunes-Ferreira | Salvato Teles de Menezes | Severino Rodrigues | Teresa Marat-Mendes | Vera Cardoso | Virgolino Ferreira Jorge

**Design gráfico:** João Miguel Freitas

**Impressão:** Graficamares, Lda

**Tiragem:** 500 exemplares

**Depósito Legal:** 457871/19

**ISBN:** 978-972-9406-52-2

Cascais, 2019

# ÍNDICE

<b>Apresentação</b> .....	7
Guilherme Cardoso e José d'Encarnação	
<b>Evocação da vida e obra de João Cabral</b> .....	13
José d'Encarnação	
<b>Cerimónia de entrega da Medalha de Mérito de Serviços Distintos</b> .....	15
<b>Património vegetal de Cascais</b> .....	17
João Monjardino	
<b>Iniciativas editoriais</b> .....	25
José d'Encarnação	
<b>Maria Micaela Soares, <i>Saloios de Cascais: Etnografia e Linguagem</i></b> .....	35
Virgolino Ferreira Jorge	
<b>Maravilhoso Cascais</b> .....	39
Vera Cardoso	
<b>Enterramentos tardo-romanos de crianças em Freiria</b> .....	43
Nathalie Antunes-Ferreira, Guilherme Cardoso e José d'Encarnação	
<b>Para a história das investigações pré-históricas em Cascais: um breve ensaio, lembrando João Cabral</b> .....	51
João Luís Cardoso	
<b>Investigação sobre Proto-história de Cascais</b> .....	87
Guilherme Cardoso, José d'Encarnação e Lurdes Trindade Nieuwendam	
<b>Investigação sobre o período romano em Cascais</b> .....	91
José d'Encarnação e Guilherme Cardoso	
<b>Cerâmica Focense Tardia (LRCW) no Concelho de Cascais</b> .....	101
Eurico de Sepúlveda	
<b>Acompanhamentos arqueológicos de Cascais</b> .....	129
Lara Pinto	
<b>Caparide, um sítio medieval por excelência</b> .....	133
Severino Rodrigues	
<b>Trabalhos arqueológicos realizados pela ACC</b> .....	155
<b>A Fortaleza de N<sup>a</sup> S<sup>a</sup> da Luz – 500 anos de História e de histórias</b> .....	161
Margarida Ramalho	
<b>Cascais visto do interior:</b>	
<b>A identidade cultural saloia e os novos usos para o território</b> .....	165
Maria Amélia Cabrita e Teresa Marat-Mendes	
<b>Os Faróis da Guia – 5 Séculos de aventura a iluminar o mar.</b>	
<b>O farol pombalino do arquitecto Eugénio dos Santos</b> .....	181
Joaquim M. F. Boiça	
<b>«Dos Segredos de Cascais»</b> .....	203
Salvato Teles de Menezes	
<b>Para uma Arqueologia em imagens</b> .....	209
Guilherme Cardoso e José d'Encarnação	

# A INVESTIGAÇÃO SOBRE A ÉPOCA ROMANA EM CASCAIS

José d'Encarnação | Guilherme Cardoso

Nasceu a Associação Cultural de Cascais da necessidade de se formalizarem actividades, designadamente de índole arqueológica, em desenvolvimento já por aqueles que depois viriam a ser seus membros. Guilherme Cardoso preparava a carta arqueológica do concelho, que viria a ser publicada pela Câmara Municipal de Cascais em 1991; José d'Encarnação, o roteiro epigráfico romano (1994, 2001); no âmbito de um protocolo firmado com a Câmara Municipal, éramos amiúde chamados a intervenções de emergência ou a sondagens prévias em sítios onde se iria proceder a construção e era possível virem a encontrar-se vestígios da ocupação humana, que importava ou salvaguardar ou, simplesmente, registar.

Os novos paradigmas que a legislação veio trazer determinaram que essa actividade se realizasse dentro de parâmetros oficiais e daí que se haja pensado na criação da Associação Cultural de Cascais com características específicas de associação de defesa do património, porquanto era, de facto, essa a intenção dos seus promotores.

A subsequente profissionalização da Arqueologia, se algumas vantagens trouxe, dificuldades acarretou a uma acção que dependia de subsídios tanto de entidades privadas como públicas, apoios de cuja utilização se dava, no final, circunstanciada conta, sem obediência, porém, aos estreitos requisitos da contabilidade pública. Por outro lado, não tendo a Associação Cultural de Cascais fins lucrativos, viu-se impedida de ombrear com as empresas de Arqueologia. Suspendeu-se, por conseguinte, a actividade primordial para que fora criada, a realização de sondagens e escavações arqueológicas, mantendo-se, porém, a intenção de prosseguir, na medida do possível, o estudo subsequente às tarefas já realizadas

Sempre foi nossa preocupação dar a conhecer com regularidade os resultados que se iam obtendo. Redigimos comunicados para a Comunicação Social local, regional e nacional; tivemos intervenções múltiplas na Rádio e, até, na Televisão; fizemos questão em inserir notícias mais alargadas e já de algum rigor científico (e não apenas de divulgação) tanto na revista *Al-madan*, que sempre nos acolheu com carinho, como na *Informação Arqueológica*, enquanto existiu, na sua importantíssima função, que as entidades responsáveis nunca terão cabalmente compreendido nem devidamente apreciado e apoiado; e, pouco a pouco, quer em revistas da especialidade quer em comunicações a reuniões científicas, deixámos menção – nós ou colaboradores nossos – do que de mais significativo se identificara. Temos orgulho nessa participação e na possibilidade que de muito bom grado disponibilizámos a quantos nos solicitaram autorização para estudar núcleos de materiais arqueológicos da sua especialidade. Disso se dá conta na bibliografia (porventura não exaustiva) incluída no final desta panorâmica.

A actividade arqueológica da Associação Cultural de Cascais não conheceu limitações de épocas, como se vê pelos textos inseridos neste volume; cumpre-nos agora referir o que lográmos concretizar no quadro da Arqueologia Romana.

### **Alto do Cidreira**

A história da intervenção neste sítio – assim chamado por se situar junto ao marco geodésico João Cidreira, em Carrascal de Alvide – é um pouco menos do que rocambolesca, como já tivemos ocasião de contar (1982). Trata-se de local com uma vista deslumbrante, única, no concelho de Cascais: dali se abrange toda a Serra de Sintra e, para sul, a desembocadura do Rio Tejo e o Oceano Atlântico até ao Cabo Espichel. Privilegiavam os Romanos as boas localizações e, por isso, nada nos espantou que ali se tivesse edificado uma *villa*.

Foi Guilherme Cardoso (1991, nº 50, p. 47) que, seguindo as descrições a que tivera oportunidade de aceder, logrou identificar o terreno a que Paula e Oliveira (1888, p. 89) se referira como estando a «um quilómetro a ocidente de Abuxarda». Segundo esse autor, os vestígios que observara eram indício seguro de que «une population nombreuse y habita autrefois»; apercebeu-se de que havia «deux ou trois maisons enterrées» e assinalou que, já nessa altura, a charrua passava «librement sur ce terrain autrefois habité».

Por conseguinte, perante estas preciosas informações, não se hesitou em impedir que ali se localizasse um nó da A5 e que ali se implantasse uma cooperativa de habitação, e, consequentemente, que se solicitasse autorização superior para aí levar a cabo sondagens que permitissem verificar o que, na realidade, ainda persistia e com que características arqueológicas.

As sondagens mostraram de imediato que Francisco Paula e Oliveira tinha razão: o sítio era de preservar. Comunicou-se à Câmara Municipal, que prontamente decretou a sua protecção e, inclusive, chegou a propor que elementos da GNR passassem a patrulhar regular e assiduamente o local, a fim de impedir eventual assomo de edificação na área a proteger. O sítio foi classificado como imóvel de interesse público (Decreto nº26-A/92, de 1 de Junho), atendendo ao significado do que fora posto a descoberto; tal não impediu, porém, que surgissem construções dentro da área a preservar e na área de protecção, sem que nem GNR nem fiscalização camarária algo lograssem impedir. Os arqueólogos – que integrariam depois as fileiras da Associação Cultural de Cascais – deram a conhecer os materiais exumados nas campanhas de 1980 a 1982 (Nolen 1988); explicaram o interesse em continuar as sondagens, mas deixaram dois aspectos em suspenso: o relatório acerca das estruturas, porque não se justificava fazer um relatório quando apenas parte dessas estruturas é que tinha sido posta a descoberto; e o eventual prosseguimento dos trabalhos, dependente do planeamento urbanístico previsível para a colina e da possível vontade camarária de consolidar estruturas e tornar o sítio acessível para visita.

A situação de aparente beco sem saída mantém-se, portanto, com um que outro ameaço, nomeadamente em tempo de campanha eleitoral, de fazer seguir o processo, por exemplo, do Plano de Pormenor já gizado.

Teria a *domus* dois pisos; abundariam os mosaicos policromos, a crer na quantidade de tesselas que se encontram pelo terreno; havia paredes revestidas a fresco; adequado sistema de condução de águas e de esgotos (uma das recentes intervenções levadas a cabo pela Neoépica revelou 46 metros de extensão de um aqueduto); enfim, uma casa senhorial que, apesar do mau estado de conservação que a secular lavoura lhe determinou, não ficaria atrás da sumptuosidade de muitas *domus* conhecidas.

Dos objectos encontrados, cumpre realçar a terracota representando a face de um negro, destinada a pendente, que, pelo seu carácter invulgar, esteve patente no Mosteiro dos Jerónimos, na exposição ali realizada acerca dos negros, em 1999; o separador de tear, de osso, decorado; e um dado de jogar de osso.

Se o que se identificou na *pars urbana* aponta para uma maior ocupação durante o Baixo Império, os resultados dos novos trabalhos apontam – o que não é de estranhar – para uma larga permanência do Homem naquele sítio deveras privilegiado, desde a Pré-História à época medieval.

Anote-se que, a pedido do proprietário, se realizaram sondagens de Setembro de 1998 até 16 de Outubro, na horta a norte do caminho, tendo sido identificadas estruturas habitacionais.

### ***Villa romana de Freiria***

Situada em leve pendente sobranceiro ao ribeiro de Freiria, alimentado por nascente de mui abundante caudal, podemos afirmar que terá sido, até ao momento, no território português, a *villa* romana escavada em maior extensão e durante mais tempo, a ombrear, quiçá, com a *villa* de S. Cucufate.

Na verdade, após as duas campanhas iniciais, em 1985 e 1986, que foram de sondagens destinadas a determinar as características do sítio e a eventual necessidade de o preservar, atendendo a que estava o campo loteado já, para receber futuras moradias, o achamento da ara à divindade *Triborunnis*, a identificação de paredes com mais de um metro de altura conservada, a observação da base de uma coluna do peristilo da *domus in situ* – obrigaram-nos a elaborar um projecto de investigação tendente a pôr à vista toda a extensão da *villa*.

Valeu-nos, na altura, a circunstância de ambos estarmos a leccionar na licenciatura em Arqueologia da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, o que nos permitiu complementar com ensinamento prático, nas duas semanas de Verão que habitualmente duravam as campanhas, o que os estudantes aprendiam teoricamente nas aulas. Para além, obviamente, dos membros da Associação Cultural de Cascais, também tivemos durante todo o tempo a preciosa colaboração de uma equipa de arquitectos, ligados à Faculdade de Belas Artes, sob a proficiente direcção de Pedro Fialho, cuja memória bem como de sua mulher, Helena Rua, mui sentidamente saudamos. Devemos-lhes o acurado desenho das estruturas e a da sua implantação no terreno.

Trabalhos de renovação do saneamento básico, cuja rede passava junto do leito do ribeiro, tiveram, naturalmente, que ser arqueologicamente acompanhados, donde resultou a identificação da necrópole

da *villa*. Ou seja, se, a princípio, não quisemos prosseguir na escavação da *domus*, porque se haviam encontrado mosaicos e mais difícil poderia vir a ser a conservação do conjunto, e, conseqüentemente, preferimos avançar para a *pars fructuaria* e para a *pars rustica*, foi porque a isso fomos levados pela descoberta dos alicerces de amplo celeiro e de um lagar de azeite com o seu peso ainda *in situ*.

O facto de o estudo – tão completo quanto possível – da *villa* neste estágio da investigação ter sido integrado na tese de doutoramento de Guilherme Cardoso, defendida a 26 de Janeiro de 2016 e cuja edição em formato digital se encontra disponível em <http://dehesa.unex.es/xmlui/handle/10662/3881>; e, por outro lado, a circunstância de termos feito acompanhar os trabalhos de pormenorizados relatos do que se ia fazendo e descobrindo permite-nos solicitar a benevolência do leitor por somente assinalarmos agora os pontos que se nos afiguram mais singulares.

1. Entre os objectos, destacamos:

- O protomo (a que também chamámos «carranca») de representação animal, datável de período anterior à vinda dos romanos;
  - O quadrante solar, que se verificou ter sido feito expressamente para o local;
  - O altar dedicado a uma divindade indígena, *Triborunnis*, possivelmente entendida como o Génio do Lugar;
  - O molde de cerâmica, recentemente identificado como forma para o pão doce oferecido no decorrer dos espectáculos.
2. A *domus* não está totalmente escavada; foi, possível, porém, determinar a extensão do seu peristilo, dotado de tanques para recolha das águas pluviais; o triclinium pavimentado a mosaico policromo com medalhão central; o compartimento da cozinha (registre-se a abundância de conchas de ostras); e o local donde teria arrancado a escada para um piso superior. De notar que, ao canto de um corredor, se encontrou um monte de cerâmica esmigalhada, destinada, sem dúvida, a servir de material para reparação do opus signinum.
3. Notáveis no seu género, como se tem assinalado, o celeiro, o maior até ao momento encontrado em território actualmente português, e o lagar, por, além do peso *in situ*, se terem logrado identificar os tanques de recolha do azeite após esmagamento da azeitona na prensa.
4. E se as pequenas termas anexas à *domus* revelaram mui cuidadoso sistema de drenagem e abastecimento de água, as que chamámos «grandes termas do Sul» constituem uma sucessão de edifícios com diversas funcionalidades (forno, instalações para tinturaria...) ao longo do tempo e também isso se afigura incomum.

5. Congratulamo-nos, por fim, em ter concebido para a área circundante da *villa* um Plano de Pormenor que – caso venha a ser posto em prática – permite eficaz e agradável enquadramento urbanístico do sítio arqueológico, salvaguardando as zonas verdes e permitindo a criação nas margens do ribeiro de hortas pedagógicas, uma ideia que cedo preconizámos, ainda se não pensava nesse equipamento no concelho de Cascais.

Cumpre esclarecer a razão de termos suspenso os trabalhos após a 18ª campanha, de 2002. Primeiro, porque era já bastante o que se pusera a descoberto e era importante que se fizesse aprofundada reflexão, que Guilherme Cardoso levou a cabo com finalidades académicas, como se concertara desde o princípio. Depois, porque acabaram os financiamentos quer por parte da entidade cultural de tutela quer por parte do Município de Cascais. Finalmente, porque – após o enorme e mui desgastante esforço feito para tornar operacional o Plano de Pormenor, que o presidente José Luís Judas nos incitara a elaborar e de que, em boa hora, encarregámos a equipa do Arquitecto José Alves Bicho – o processo arqueológico só teria possibilidade de avançar se esse Plano de Pormenor de Reestruturação Urbanística e Valorização Patrimonial da Área Envolvente à Villa Romana de **Freiria** (aprovado já, adiante-se, em todas as instâncias e publicado, através do Aviso n.º 16203/2010, no *Diário da República*, n.º 157, Série II, de 13 de Agosto) viesse a ter real concretização, mormente em termos de permuta de terrenos (a *domus*, por exemplo, está em terreno particular e só por excepcional condescendência do proprietário nos foi possível aí trabalhar). Não enjeitámos fazer diligências para que tal desiderato viesse a concretizar-se; assim, em Novembro de 2001, trocámos impressões sobre o Plano e o seu alcance com os candidatos à presidência da Câmara Municipal de Cascais.

Saliente-se, ainda, que depressa os serviços camarários quiseram satisfazer a exigência superior de se gizar para a *villa* um projecto de musealização. Não fomos de imediato partidários dessa pretensão, justamente porque não se justifica musealizar algo que está em boa parte por descobrir, como é o caso da *domus* senhorial. Quem manda pode e, por isso, preferimos manter-nos arredados.

Consola-nos, todavia, verificar que, na nossa pequenez, demos válido contributo, de modo específico, através das intervenções a novel da Comunicação Social – escrita, falada e televisiva – para, através de Freiria, dar à Arqueologia uma visibilidade que até aí não lograra obter.

### ***Villa romana de Casal do Clérigo***

A abundância de material cerâmico identificado à superfície, o achado de um fuste de coluna de mármore vermelho de S. Domingos de Rana e de um peso de lagar em Agosto de 1986 fizeram com que suspeitasse da existência de uma *villa* romana nos terrenos a nascente da antiga vacaria de Casal do Clérigo, entre Manique de Baixo e Trajouce, na freguesia de S. Domingos de Rana.

Para aí se programaram sondagens em Novembro de 1996 e em Julho e Agosto de 1997, que confirmaram essa suposição (encontrou-se, por exemplo, o dormente de mó romana *in situ*), embora se tivesse verificado também que o sítio continuara a ser habitado no período islâmico.

Por aparentemente o sítio se não encontrar em perigo, as sondagens limitaram-se a mostrar que deveria futuramente ser preservado.

Recorde-se que se situa no que consideramos ter sido a «estrada real» que ligava o litoral oeirense a Sintra, decerto palmilhada pelo autor do chamado *Anónimo Napolitano*, um manuscrito com inscrições romanas guardada na Biblioteca de Nápoles. Por isso, terá sido de Casal do Clérigo a estela funerária de Cássia Amena estudada no *Roteiro Epigráfico Romano de Cascais*, sob o nº 6 (p. 36-37). Daí terá provindo a base de solene epígrafe, lavrada em mármore róseo, conquífero, de S. Domingos de Rana, junto de uma mina de água próxima e a que nesse *Roteiro* se faz referência sob o nº 33.

Entre o material recolhido à superfície, o fragmento do ombro de uma bilha ostentava um grafito, cujo significado não lográmos discernir, feito mediante estilete após a cozedura (*Roteiro*, nº 27). De assinalar ainda que, em finais de 1996, se encontrou o fragmento de um tijolo romano que tinha impressa uma espiga, que João Monjardino identificou como sendo, mui provavelmente, de trigo – *Triticum, sp.*; assim como o fragmento de uma pequena placa de mármore róseo de S. Domingos de Rana, com algumas letras que indicam tratar-se de um epitáfio romano.

### ***Villa romana de Miroiços (Malveira da Serra)***

Ao que nos foi dado saber, por informações orais, a sul do Alto do Barril, no microtopónimo Miroiços (Malveira da Serra, Alcabideche), terá Fausto de Figueiredo feito algumas sondagens, nos anos 50, devido a aí ter detectado vestígios da ocupação romana.

Para aí foi prevista uma urbanização, o que requeria prévia intervenção arqueológica. Coube à equipa da Associação Cultural de Cascais – após peripécias várias – esse encargo, de que procurou desempenhar-se a contento, identificando a área ocupada pelas estruturas da *villa*, designadamente o hipocausto das termas ainda moderadamente conservado. No desejo de se conhecer a extensão das ruínas, acabou por se identificar também um casal medieval, cuja existência se cartografou.

As sondagens arqueológicas foram realizadas de 5 a 12.01.1996; procedeu-se, a 08-10-1996, à cobertura do balneário.

Foi elaborado relatório, submetido à apreciação superior, na medida em que se tornava necessário explicitar as medidas de protecção e consolidação previstas. Isso foi minuciosamente feito, de modo que o plano de urbanização foi aprovado, tendo-se procedido à cobertura das estruturas com serapilheira, argila expandida e terra. O sítio ficaria, pois, em área protegida da urbanização, em eventual rotunda; e seria reposto à vista, consolidado e devidamente equipado de sinalização e legendas para usufruto da população.

Os trabalhos da urbanização ainda não foram dados por concluídos, de modo que esta fase final da intervenção ainda se não executou.

### ***Villa romana de Caparide***

Devido a ter sido prevista uma urbanização para o terreno situado entre o largo e a fonte velha de Caparide, lugar da freguesia de S. Domingos de Rana, junto ao portão da Quinta dos Pesos, no topo de um esporão sobranceiro ao vale da Ribeira de Caparide, procedeu-se aí a sondagens de emergência, a partir de Outubro de 2001, sob a orientação directa de Lurdes Trindade.

Os indícios superficiais – material de construção, tesselas de mosaico... – que já haviam levado D. António de Castelo Branco, nos anos 50, a suspeitar da existência, aí, de uma *villa* romana vieram a ser confirmados por uma observação mais atenta efectuada por João Cabral, em 1988, e as sondagens vieram corroborar essa existência. As estruturas, devido à constante lavoura aí levada a cabo, estavam bastante danificadas, mas foi possível recolher cerâmica significativa e proceder ao necessário relatório que foi presente às instâncias superiores.

### ***Villa romana de Vilares (Murches)***

Zona em que, desde o relato de Paula e Oliveira, se sabia existirem vestígios arqueológicos, nomeadamente uma necrópole, foi também intervencionada a partir do momento em que se previu para o local a construção de moradias.

Os trabalhos de sondagem foram descontínuos: começaram a 21-8-2000 e recomeçaram a 18-06-2001, da responsabilidade da equipa da Associação Cultural de Cascais e também de elementos do Gabinete de Arqueologia camarário. Identificaram-se sepulturas, silos e, dentre o espólio funerário, a 5 de Setembro de 2000, um púcaro de barro intacto, que ostentava na parte superior do bojo, um grafito de cada lado – M I S e M I F –, que interpretámos (*Roteiro...* nº 39) como sendo a identificação, com três nomes, de dois membros da mesma família (*Iulia?*), colocado aos pés do defunto ali enterrado.

### ***Casal Lobeira (Livramento, Estoril)***

A intervenção neste sítio, onde Paula e Oliveira havia identificado vestígios arqueológicos, confirmados por Guilherme Cardoso (*Carta...* nº 89), foi motivada por sobre ele ir passar a auto-estrada A5 e importava recolher algo de significativo antes da destruição.

Realizou-se, de 25 de Junho a 13 de Julho de 1990, uma intervenção de emergência em Casal Lobeira (Livramento, Estoril) com essa finalidade. Dirigiu Guilherme Cardoso; colaboraram elementos do Gabinete de Arqueologia camarário.

Não foi uma preocupação inútil, pois que, além de estruturas de época romana, se encontrou um filão

de ocre, que terá sido, mui provavelmente, explorado nessa época e talvez até já na Pré-história, o que constitui uma novidade a nível da arqueologia nacional.

## CONCLUSÃO

Os dados bibliográficos incluídos no anexo patenteiam a, já assinalada, preocupação que sempre nos norteou de se facultar rápida informação acerca da actividade arqueológica desenvolvida ao longo destes anos, enquanto tal nos foi oficialmente possível como Associação de Defesa do Património sem fins lucrativos.

Importará ainda referir que se realizaram quatro **exposições**.

A primeiro decorreu no Espaço Cidadela, que tivemos a honra de inaugurar como espaço expositivo, o qual, após interregno no tempo em que se discutia a dependência administrativa do Palácio da Cidadela, voltou recentemente a essa função, integrado no Museu da Presidência da República. A iniciativa deveu-se ao Eng<sup>o</sup> Luís Casanovas que, na tutela do Instituto Português do Património Cultural, decidiu abrir ao público esses baixos do palácio. Tivemos, no plano da organização expositiva propriamente dita, a proficiente colaboração do pintor Victor Belém, então ao serviço da Secretaria de Estado da Cultura. Esteve patente e foi muito visitada durante todo o mês de Agosto de 1986. O catálogo acabaria por ser publicado, com actualizações, na *Revista de Arqueologia* da Assembleia Distrital de Lisboa (1, 1990, p. 59-74).

A pedido da direcção do Museu Nacional de Arqueologia, inaugurou-se, a 28-01-2005, uma segunda exposição, a que se deu o título de «A presença romana em Cascais – Um território da Lusitânia ocidental». Ainda se pensou em elaborar o respectivo catálogo, mediante convite a especialistas; mas a iniciativa não pôde ter concretização.

Uma terceira exposição, subordinada ao tema *Cascais Romana* viria a ser realizada, na galeria da Sociedade Musical de Cascais, numa altura em que esta galeria teve lustre e acolheu artistas e temas de relevo. Patente de 24 de Outubro a 30 de Novembro de 1997, constituiu, com êxito, uma retrospectiva das escavações arqueológicas nos últimos 12 anos.

Ainda que elementos da Associação Cultural de Cascais tivessem colaborado na escavação das **cetárias da Rua Marques Leal Pancada**, junto à antiga muralha do castelo da vila de Cascais, foi essa uma iniciativa do Gabinete de Arqueologia camarário. Seja-nos, porém, permitido dizer que a descoberta acabou por confirmar o que já se suspeitava acerca dos romanos que há 2000 anos habitaram no território hoje pertencente ao concelho de Cascais: nas *villae* afastadas do litoral (por causa dos maus humores marinhos, de que falavam os agrónomos...), com visibilidade de umas para as outras, vivia

uma população dedicada à agricultura e à pecuária; a pesca e os produtos que o mar proporcionava não lhes eram, todavia, alheios; isso o provam o anzol de bronze achado no Alto do Cidreira e a grande quantidade de conchas de ostras encontrada em Freiria.

Não pode, por outro lado, esquecer-se a grande ligação com *Olisipo*, logo desde os primórdios da ‘romanização’. *Titus Curvatus Rufinus*, o dedicante da ara a *Triborunnis*, terá sido um colono, atendendo à sua *gens*, alheia à Península Ibérica; mas presta culto a uma divindade indígena, como que a pedir-lhe autorização para se instalar numa zona que logo viu ser basta fértil e adequada. Contudo, os habitantes de Freiria – e desses falamos por serem os que melhor conhecemos – mantiveram sempre grande relações com *Olisipo*. Comerciais, sem dúvida, de que não temos provas, ainda que o lagar e o celeiro nos façam suspeitar do azeite e dos cereais que poderiam ir para a cidade; culturais, de certeza, porque o anel com o auriga vitorioso e a forma para o pão doce habitualmente entregue nos jogos apontam para que essa ligação cidade-campo aqui estivesse bem vincada.

Como Scarlat Lambrino mui judiciosamente anotou, ao estudar a onomástica epigrafia patente em S. Miguel de Odrinhas<sup>1</sup>, uma relação da população do *ager Olisiponensis* com as gentes dos arredores da *civitas Igaeditanorum* não deverá ter sido despicienda. Aliás, não temos nós aqui uma *Triborunnis*, invulgar grafia de um teónimo que, nessoutras paragens, se designou *Trebaruna* ou *Trebarona*?

E no que respeita aos cultos, já que falámos de *Triborunnis*, importa frisar que por aqui se mantêm veneradas as divindades pré-romanas – *Aracus Arantoniceus*, em Manique de Baixo, bem perto de Casal do Clérigo, uma *Dea* a que dois *magistri* oferecem um presente, em Talaíde; e uma outra, desconhecida, que Súnua e sua mãe invocam para que interceda a fim de lhes serem restituídos bens e vestuário que, por engano, lhes faltavam (*Roteiro...*, nº 4).

Nunca será de mais salientar, ainda, o elevado significado que tem a presença, em Freiria, de um quadrante solar. Robert Étienne<sup>2</sup> chamou a tenção para o facto de a oferta, por um cidadão de Mérida, aos habitantes da *civitas Igaeditanorum* (outra vez a referência a esta *civitas!*...), de um *orarium* pretendia significar a intenção de eles passarem a guiar-se pela hora da capital da província. Em Freiria, ao invés, o quadrante foi mesmo programado para o local. Não será a hora de *Olisipo*, mas a hora de Freiria que lhes vai organizar a jornada! Um sinal de rápida aculturação, de elevado sentido organizativo, que importa não esquecer.

---

<sup>1</sup> LAMBRINO (Scarlat), «Les inscriptions de S. Miguel d'Odrinhas», *Bulletin des Études Portugaises et de l'Institut Français au Portugal*, 16, 1952, p. 134-176.

<sup>2</sup> ÉTIENNE (Robert), «L'horloge de la *civitas Igaeditanorum* et la création de la province de Lusitanie», *Revue des Études Anciennes*, 94, 1992 (3-4), p. 355-362.

